



MP do Ministério da Segurança Pública abre a pauta da semana

Jonas Pereira/Agência Senado — 21/3/2018



Plenário do Senado vai analisar medida provisória que criou o Ministério da Segurança Pública a partir de uma divisão do Ministério da Justiça

Senadores também devem analisar destaque a projeto que autoriza a Receita a tornar públicos os nomes de pessoas e de empresas beneficiadas por renúncia fiscal, cujo texto-base já foi aprovado

A criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública abre a pauta do Plenário de amanhã. O texto é um projeto de lei de conversão da comissão mista que analisou a medida provisória sobre o tema.

Segundo o projeto, cabe ao novo ministério coordenar a integração com estados e municípios e administrar a política penitenciária nacional.

O Plenário também tem outros cinco projetos na pauta, entre eles um destaque à proposta que autoriza a Receita Federal a publicar os nomes de pessoas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal. **3**

Sancionada lei que permite venda direta de petróleo do pré-sal que cabe à União

Foi publicada na sexta-feira a lei que permite à Pré-Sal Petróleo comercializar óleo de forma direta a empresas. A estatal é responsável por administrar a parte do pré-sal que fica com a União no regime de partilha.

A lei é originada de medida provisória aprovada em maio. Antes era exigida a contratação de agentes de comercialização para vender o petróleo. A venda deve ser feita preferencialmente por leilão, diz o texto. **2**

Agência Petróbols



Comercialização direta de petróleo deverá ser feita preferencialmente por leilão, diz nova lei



Pedro Franco/Agência Senado

Paulo Paim preside audiência que debateu a educação nos 30 anos de vigência da Constituição

Educação não é prioridade política nem orçamentária, afirmam professores

Em debate da Comissão de Direitos Humanos na sexta-feira, professores disseram que a educação não é prioridade orçamentária nem política no Brasil. Como resultado, segundo eles,

2,8 milhões de crianças e adolescentes não entraram na escola ou já abandonaram os estudos. A audiência discutiu avanços e retrocessos da educação nos 30 anos da Constituição. **4**

MP que regula atividade de agentes de saúde será votada em comissão **4**

Produtos artesanais de origem animal agora terão selo comercial **2**

Cidades de Goiás e Minas entram para a região integrada do DF

Lei publicada na sexta-feira inclui dez municípios de Goiás e dois de Minas Gerais na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). O objetivo é ampliar a área de abrangência da Ride, que passa a abarcar mais cidades que têm ligação socioeconômica com o Distrito Federal, entre elas as goianas Alto Paraíso e Goianésia e as mineiras Arinos e Cabeceira Grande. **2**

Comissão da MP que reduz valor do diesel elege presidente amanhã

A comissão mista da medida provisória que reduz o preço do diesel faz amanhã, às 14h, reunião para eleger o presidente e analisar o plano de trabalho. A MP é resultado de acordo fechado entre governo e caminhoneiros para pôr fim a greve da categoria.

Parte dos custos dos produtores e importadores de óleo diesel serão subsidiados pelo governo. O subsídio será de R\$ 0,30 por litro até 31 de dezembro. **3**

Seminário debate sistemas fiscal e orçamentário brasileiros

A Instituição Fiscal Independente promove amanhã, a partir das 9h, o seminário Cenários Fiscais e Prioridades Orçamentárias. A palestra inaugural será do ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

A primeira mesa, "Cenários fiscais: desafios e dificuldades para superá-los", vai discutir o teto dos gastos públicos e a necessidade de contenção das despesas obrigatórias, como Previdência Social. **3**

Lei permite venda direta de petróleo do pré-sal

Originada de MP aprovada em maio no Senado, legislação possibilita à Pré-Sal Petróleo comercializar diretamente a parte de óleo devida à União; antes, venda devia ser feita por agentes de comercialização

A MEDIDA PROVISÓRIA que permitiu a venda direta de petróleo do pré-sal foi transformada em lei. Na sexta-feira, foi publicada no *Diário Oficial da União*, sem vetos, a Lei 13.679.

A MP 811/2017 foi aprovada no Senado no dia 23 de maio, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/2018.

O texto permite à Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) comercializar de forma direta a parte de óleo devida à União na exploração de campos da bacia do pré-sal com base no regime de partilha. Antes da MP, a lei de criação da PPSA (Lei 12.304, de 2010) permitia apenas a contratação de agentes de comercialização para vender o petróleo da União.

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, houve uma negociação para que fossem retiradas algumas alterações feitas pelo relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Assim, foi



Pércio Campos

Óleo do pré-sal poderá ser vendido a empresas diretamente pela estatal

retirada do texto a possibilidade de a União optar, nos futuros leilões de blocos de exploração do pré-sal, por receber o valor em pecúnia equivalente à quantidade em óleo que lhe cabe. Essa opção poderia ser exercida ainda nos contratos em andamento por meio de aditivo.

Outro ponto foi suprimido do projeto de lei de conversão de forma a impedir que a PPSA venda o óleo da União por

preço inferior ao de referência, quando não houver interessados na compra. O preço de referência é estipulado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Entretanto, o leilão continua a ser uma modalidade de licitação apenas prioritária para a PPSA. Se a empresa optar pela comercialização dispensando o leilão, o ato deve ser justificado pela autoridade competente com a comprovação de haver vantagem econômica.

Lei inclui 12 cidades na Região Integrada do Entorno do DF

Os municípios de Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício, de Goiás, além das cidades mineiras de Arinos e Cabeceira Grande passam a fazer parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). É o que prevê a Lei Complementar 163, publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira.

Criada pela Lei Complementar 94/1998, a Ride é composta pelo Distrito Federal e pelos municípios goianos de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, além dos municípios mineiros de Unaí e Buritis.

A lei visa ampliar a área de abrangência da Ride, com base no argumento de que há um conjunto de municípios limítrofes a essa região que têm ligação socioeconômica com o Distrito Federal e não são seus membros originais.

Selo para produtos artesanais está regulamentado por lei

Foi publicada na sexta-feira a Lei 13.680, que cria selo estadual para permitir a comercialização em todo o país de produtos artesanais com origem animal — queijos, salsichas, linguiças, presuntos, mortadelas, salames e geleias. O texto é decorrente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 16/2018, aprovado no Senado no último dia 23, e que já entrou em vigor.

Pela regra anterior, produtos artesanais com origem animal só podiam ser comercializados fora do estado em que foram produzidos caso tivessem o selo SIF (do Serviço de Inspeção Federal), que pode levar cerca de dois anos para ser emitido pelo Ministério da Agricultura.

Pela nova lei, os produtos passam a ser identificados em todo o país a partir de selos com a inscrição "Arte", que serão concedidos pelos órgãos de saúde pública em cada estado. Por se tratarem de pequenos e médios produtores, as exigências de registro serão adequadas às dimensões de cada empreendimento.

Já a inspeção e fiscalização terão natureza prioritariamente orientadoras, com critério de dupla visita para a lavratura dos autos de infração.

Inclusão de pessoa com nanismo na escola será tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove amanhã uma audiência, sugerida por Paulo Paim (PT-RS), para debater o nanismo sob a ótica da informação e da inclusão nas escolas. Entre os convidados estão o representante do Ministério da Educação, José Rafael Miranda, a presidente da Associação de Nanismo do Rio de Janeiro, Kenia de Sou-

za, o presidente da Fundação de Articulação de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Rio Grande do Sul, Roque Bakof, e representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e do Movimento Respeite o Nanismo.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Autismo

9h Audiência interativa para debater o Dia Mundial do Orgulho Autista.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão sem votações, destinada a discursos e avisos da Mesa.

CSE Ética nas relações humanas

18h Audiência interativa sobre a ética em todas as relações humanas.

CI Verba para transportes

9h Entre 9 itens, o PLS 11/2013, que obriga que parte da Cide Combustíveis seja investida no setor de transportes.

CAE Prestação de serviços

10h O PLC 195/2015, que aumenta prazo para contrato de prestação de serviços entre empresas, é um dos 15 itens.

CDH Nanismo

10h Audiência interativa sobre nanismo.

CCJ Tabela de IPI

10h Audiência sobre a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

CRA Garantia de crédito rural

11h A pauta de 3 itens tem o PLS 447/2015, que veda a exigência, pelas operadoras de crédito rural, de garantia maior que 130% do crédito concedido.

CE Agência Nacional do Cinema

11h30 Sabatina para a Ancine. Após, 14 itens.

CDH Propriedade industrial

14h Debate sobre propriedade industrial para o desenvolvimento econômico.

TERÇA

QUARTA

QUINTA

MP 838/2018 Subsídio ao diesel

14h Comissão da MP que subsidia produção e importação de diesel elege mesa.

MP 827/2018 Agentes de saúde

14h30 Análise de relatório da MP sobre atuação de agente comunitário de saúde.

CMO LDO de 2019

15h30 Análise do projeto da LDO de 2019 e da MP 825/2018, que abre crédito para ações da intervenção federal no Rio.

CAS Maconha

9h Audiência debate o PLS 514/2017, que descriminaliza o cultivo da maconha para uso pessoal terapêutico.

CDR Música em hotéis e motéis

9h O PLS 206/2012, que isenta de direitos autorais a execução de músicas em hotéis e motéis, é um dos itens da pauta.

CCJ Tabela de IPI

10h Projeto que susta decreto sobre tabela do IPI (PDS 57/2018) é um dos itens.

CMO LDO de 2019

14h Análise da MP 825/2018 e do relatório preliminar ao projeto de LDO de 2019.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate

14h30 Audiência pública interativa para discutir a violência obstétrica.

CMC Plano ABC

14h30 Audiência sobre o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

CSE Reforma agrária

16h Audiência debate que tipo de reforma agrária rural é necessária no Brasil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Plenário vota medida da segurança pública

MP da criação de novo ministério abre a pauta, que também inclui autorização para a Receita tornar públicos os nomes de pessoas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal

O PLENÁRIO VOTA amanhã a proposta que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. O texto é o projeto de lei de conversão (PLV 16/2018) que traz as sugestões apresentadas por senadores e deputados à MP 821/2018, que tranca a pauta de votações.

De acordo com o projeto, cabe ao Ministério da Segurança Pública coordenar a integração com estados e municípios e planejar e administrar a política penitenciária nacional. O órgão foi criado a partir de uma divisão do Ministério da Justiça.

O relator da medida provisória é Dário Berger (MDB-SC). Ele alterou o texto original para tornar permanente o novo órgão. A MP estabelece que o ministério deve se articular com entidades de coordenação das atividades de segurança pública. Também pode propor a esses órgãos planos e programas integrados de segurança pública, desenvolvendo uma estratégia comum por meio de gestão tecnológica para troca de informações.

Todos os órgãos federais de policiamento ficam sob o comando do novo ministério: Polícias Federal, Rodoviária



Pedro Franco/Agência Senado - 12/7/2017

Plenário deve votar esta semana destaques a projeto sobre divulgação de beneficiados por renúncia fiscal

Federal e Ferroviária Federal. A organização e a manutenção das polícias do Distrito Federal também ficarão com a nova pasta. O ministério também terá as funções de defesa dos bens da União, ouvidoria das polícias federais e política de organização e fiscalização das guardas portuárias.

Requisição

Para a criação dos cargos de ministro e de secretário-executivo, são extintos 19 cargos em comissão DAS-1.

Até 1º de agosto de 2019, a

requisição de servidores para o Ministério da Segurança Pública não poderá ser recusada, a exemplo do que ocorre com as requisições feitas pela Presidência da República.

Estrutura

A estrutura do órgão contará com 157 cargos do inventário da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que eram temporários e serão convertidos em permanentes.

Outra mudança feita no projeto de conversão é a permissão para que o ministro

da Segurança Pública, após entendimento com o ministro da Defesa, solicite ao presidente da República o uso de militares das Forças Armadas.

O texto também define as regras para a cessão de policiais e bombeiros militares e policiais civis do DF para exercício em órgãos do governo do Distrito Federal ou da União.

Militares

No caso dos servidores militares, eles poderão ser cedidos somente após cinco anos de efetivo serviço na corporação,

e o total de cessões será limitado a 5% do efetivo.

Se o servidor for cedido a órgãos como a Presidência da República, aos ministérios da Justiça ou Segurança Nacional ou ao governo do Distrito Federal, isso será considerado de interesse policial militar, resguardando todos os direitos e vantagens da carreira. O ônus do pagamento da remuneração ficará com a corporação que ceder o profissional se for para órgão da União, para o Tribunal de Justiça do DF ou para determinados órgãos do governo distrital, como Justiça Militar, Casa Militar, Defesa Civil, Secretaria de Segurança e vice-governadoria.

Isenções fiscais

O Plenário também tem outros cinco projetos na pauta, com destaque para o PLS 188/2014 — Complementar, que autoriza a Receita Federal a tornar públicos os nomes de pessoas e empresas beneficiadas por renúncia fiscal. O texto-base foi aprovado no dia 13. Mas os senadores ainda precisam votar um destaque que pode restringir essa regra apenas para pessoas jurídicas.

Seminário debate situação orçamentária do Brasil

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, promove amanhã o seminário Cenários Fiscais e Prioridades Orçamentárias. O evento começa às 9h, no Auditório do Interlegis. A palestra inaugural será do ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

Às 10h30, o senador Romero Jucá (MDB-RR) preside a mesa “Cenários fiscais: desafios e dificuldades para superá-los”. O objetivo é discutir temas como o teto dos gastos públicos e a necessidade de contenção das despesas obrigatórias, como salários e Previdência Social. Um dos debatedores é o economista Felipe Salto, diretor-executivo da IFI. Para ele, o país atravessa “uma das maiores crises da sua

história” e precisa recuperar “a capacidade de planejar”.

— Hoje no Brasil há uma improvisação muito grande. Se dermos mais racionalidade para o processo orçamentário, vamos conseguir criar mais mecanismos para financiar mais políticas públicas, de maneira mais eficiente e eficaz.

Às 14h, os participantes analisam os desafios fiscais dos próximos quatro anos. A intenção é debater medidas que o futuro governo precisa tomar para não por em risco as metas fiscais.

A terceira mesa, 16h, com o tema “De olho no futuro: a reforma do processo orçamentário e a consolidação fiscal”, vai discutir o orçamento público e a remoção de entraves à participação do setor privado.

Um dos debatedores é o economista Fernando Rezende, especialista em contas públicas. Ele defende a adoção de um plano estratégico para que, nos próximos 12 anos, o Brasil “consiga escapar da armadilha fiscal do baixo crescimento”.

— Por que a China está se destacando? Porque tem planos para 30 anos. O que o Brasil vai ser nos próximos 20 anos? Quais desafios vai enfrentar numa nova ordem geopolítica, com o deslocamento do foco para a Ásia e o avanço da economia digital?

A sessão de encerramento está marcada para as 18h.

Site do evento:
<http://bit.ly/CenariosFiscais>
Confira a programação:
<http://bit.ly/seminarioIFI>

Comissão da MP do subsídio ao diesel analisa plano

A Comissão Mista da Medida Provisória 838/2018 faz amanhã, às 14h, reunião para eleger o presidente e analisar o plano de trabalho. A MP visa reduzir o preço do diesel na refinaria, com efeito sobre o valor final do litro do combustível nos postos. O subsídio será de R\$ 0,30 por litro até 31 de dezembro.

A proposta autoriza o governo a subsidiar parte dos custos

dos produtores e importadores de óleo diesel. O gasto com o subsídio ficará limitado a R\$ 9,5 bilhões este ano.

Cada produtor ou importador receberá o valor com base no volume de diesel vendido às distribuidoras e um preço de referência, que será regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os interessados em receber o subsídio deverão se habilitar junto à ANP para obter as informações relativas à comercialização e à importação de óleo diesel junto à Receita Federal. O desembolso da subvenção se dará a cada 30 dias e uma espécie de conta (chamada de conta gráfica) vai apurar os valores devidos a cada empresa participante do programa.

Paim reclama de precarização de terceirizados no Congresso

Paulo Paim (PT-RS) criticou algumas prestadoras de serviços no Congresso, responsáveis pela contratação de cerca de 7 mil trabalhadores terceirizados, que têm adotado, segundo ele, gestões que precarizam as condições de trabalho.

Como apontou o senador, algumas dessas empresas têm se recusado a fornecer vale-transporte para quem mora na região do entorno do Distrito Federal. Além disso, querem diminuir o valor do ticket-alimentação

de R\$ 32,50 para R\$ 22.

O receio de Paim é de que essas medidas, caso se consolidem, acabem servindo de referência para precarizar mais as condições dos trabalhadores terceirizados país afora.

— É muita baixaria mesmo o que estas empresas querem. Que fique de alerta aos trabalhadores de todo o país. Se conseguirem diminuir o vale-transporte e o ticket-alimentação dentro do Congresso Nacional, isso vai virar moda.

Hélio José critica governo do DF por racionamento de água

Hélio José (Pros-DF) disse considerar uma vergonha o fato de o Distrito Federal ter sido obrigado a passar 17 meses pelo



Gerardo Magliola/Agência Senado

transstorno do racionamento de água. Em discurso no Plenário na sexta-feira, ele afirmou que a situação é fruto da falta de gestão e de capacidade administrativa.

Segundo o senador, uma sucessão de negligência dos governos locais também contribuiu para a exigência

do racionamento, que prejudicou não só os moradores da capital, mas o comércio e a indústria.

— E olha que o governador Joaquim Roriz já tinha previsto uma obra que era a interligação da adutora de Corumbá para Brasília, que deixaria a cidade praticamente 100 anos sem problema de água. Essa obra ficou mais de oito anos parada por falta de gestão — afirmou.

Falta prioridade para educação, conclui debate

Convidados disseram em audiência que a falta de orçamento e de decisão política é responsável pelo número de 2,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola

A EDUCAÇÃO NO Brasil não tem prioridade orçamentária nem prioridade política e uma das consequências desse quadro é o número de 2,8 milhões de crianças e adolescentes que não entraram no sistema de ensino ou que já abandonaram os estudos. Essa foi uma das constatações da audiência pública interativa promovida na sexta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater os avanços e retrocessos da educação brasileira durante os 30 anos de vigência da Constituição.

Vice-presidente da Regional Planalto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Erlando da Silva Rêses criticou a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (Emenda 95). Segundo ele, a medida congelou recursos de investimentos na educação, o que vem prejudicando as finanças de várias instituições de ensino.

Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB), Maurício Dalri Timm do Valle afirmou que a formação de base ainda é deficiente no Brasil. Para ele, os alunos mais novos precisam ser introduzidos em matérias como lógica, filosofia e sociologia, para que cheguem ao ensino superior



Paim (C) comanda a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre avanços e retrocessos da educação nos 30 anos da Constituição

com mais bagagem e pensamento crítico. Valle também defendeu a educação fiscal desde os primeiros anos da vida estudantil.

Já o coordenador de Educação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), André Gonçalves, citou como avanços nos 30 anos da Constituição a Emenda Constitucional 53, que tratou de direitos e assistência educacional, educação infantil e creche, valorização do magistério e recursos para financiamento educacional, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ele também destacou como positiva a Emenda Constitucional 59, que reforçou o caixa da educação ao extinguir a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os recursos federais para a área. O representante da Fasubra criticou o teto de gastos públicos por impedir aumento nos recursos para a educação e defendeu a revogação da medida.

— A emenda do teto de gastos deixou as universidades sem condições de fazer investimentos. Investir na educação é investir no desenvolvimento nacional — afirmou Gonçalves.

Críticas ao teto de gastos públicos também foram feitas

pela representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda. Ela afirmou que a meta de acesso universal à educação ainda está distante de ser cumprida pelo Brasil. O teto de gastos, disse, já fez com que a área da educação tenha R\$ 5 bilhões a menos este ano em comparação com 2017.

— A educação não tem prioridade política no Brasil — afirmou.

Escolas

Para Andressa, um dos desafios mais importantes do país é garantir escolas para os 2,8 milhões de crianças e adolescentes que estão fora do sistema de ensino.

Já a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa Lima, cobrou dos governantes “decisão política” para que a educação passe a ter prioridade de investimentos no país.

Também participaram dos debates a coordenadora-geral de Ensino Fundamental do Ministério da Educação, Aricélia Ribeiro do Nascimento, e o professor da Universidade Paulista (Unip) Antonio Adias Nogueira.

A audiência pública interativa foi conduzida pelo vice-presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

Comissão vota medida que regula atuação dos agentes comunitários de saúde

A comissão mista da medida provisória sobre a atuação dos agentes comunitários de saúde (MP 827/2018) vota amanhã o relatório do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

A MP 827/2018 atribui aos estados e municípios a competência para fornecimento e custeio dos deslocamentos dos agentes.

De acordo com a norma, que altera a Lei 11.350, de 2006, será obrigatória

a presença de agentes comunitários de saúde na Estratégia de Saúde da Família — macroprograma de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) — e de agentes de combate às endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

Presidente da comissão, o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) disse que há no país 341.960 agentes comunitários de saúde e de combate a

endemias, dos quais 150 mil não sabem se pertencem aos quadros municipais ou estaduais.

A medida estabelece também uma jornada de trabalho de 40 horas. A cada dois anos os agentes de saúde frequentarão cursos de aperfeiçoamento, que serão organizados e financiados, de modo tripartite, pela União, estados e municípios. Já o transporte dos agentes até os locais de atuação será financiado

pelo ente ao qual o profissional estiver vinculado.

O governo afirma que a MP é fruto de uma negociação com os agentes comunitários de saúde após os vetos presidenciais à Lei 13.595, de 2018, que alterou diversos pontos da legislação da categoria. Os vetos foram feitos, segundo o Executivo, para preservar a autonomia de estados e municípios sobre o trabalho dos agentes comunitários.

Comissão sabatina amanhã indicada para a Ancine

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai sabatar amanhã a indicada para o cargo de diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Mariana Ribas da Silva. Depois da arguição, os senadores devem votar a indicação, relatada por Marta Suplicy (MDB-SP).

Mariana é indicada para a vaga decorrente do término do mandato de Roberto Gonçalves de Lima. Ela é graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Estácio de Sá e pós-graduada em Jornalismo Cultural pela mesma escola. Atua no cenário cultural há 15 anos, tendo exercido, entre outras funções, a de diretora de Produção na

Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (março de 2003 a fevereiro de 2011).

No Ministério da Cultura, ocupou o cargo de secretária de Audiovisual (de dezembro de 2016 a julho de 2017), e atualmente exerce, pela segunda vez, o cargo de secretária-executiva do Ministério, segundo informa Marta no relatório.

Material escolar

No mesmo dia, os senadores devem analisar uma pauta com 15 projetos e um requerimento.

O primeiro item é o PLS 74/2018, do senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR), que prevê a transferência de recursos para a compra de ma-

terial escolar para alunos de escolas públicas de educação básica. O relator é o senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

Outro item na pauta é o PLS 573/2015, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O texto considera os gastos com alimentação e uniformes escolares como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. O relator do projeto é Armando Monteiro (PTB-PE).

Os integrantes da comissão devem definir também na reunião a política pública do Poder Executivo a ser avaliada pela comissão neste ano.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

DÊ SUA OPINIÃO

Projeto autoriza internação compulsória de quem reincidir no porte de drogas

Começou a tramitar no Senado projeto que autoriza a internação compulsória de dependentes químicos que forem pegos mais de uma vez portando drogas ilícitas. O PLS 285/2018, de Rose de Freitas (Pode-ES), será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ), onde aguarda a designação de relator.

Ele altera a Lei 11.343, de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Na justificativa, a senadora afirma que cabe ao Estado dar aos reincidentes “uma oportunidade para reconstruírem-se”.



Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em: <http://bit.ly/PLS285-2018>

- Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal